

PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS

REALIZADA VIRTUALMENTE EM 29 DE JANEIRO/2022

Em 29 de janeiro de 2022, foi realizada a Plenária Nacional da Fenasps, em formato de videoconferência (com a plataforma Zoom). Participaram **142 trabalhadores(as)** – com 72 delegados e 66 observadores – dos Estados: **BA – CE – DF – ES – GO/TO – MG – MS – PA – PR – RJ – RN – RS – SC – SP.**

Cerca de 150 delegados(as) e observadores dos Estados presentes na Plenária Nacional virtual da FENASPS, realizada em formato de videoconferência neste sábado, 29 janeiro de 2022, aprovaram o **indicativo da construção da Greve Geral unificada com os Servidores Públicos Federais (SPFs)** a partir de 9 de março. Foi apresentada pauta emergencial com **reposição emergencial para todos e todas de 19,99%, já!**

CALENDÁRIO DE LUTA

- **2 de fevereiro, quarta-feira** – Realização de ato em Brasília/DF para intensificar a mobilização pela recomposição emergencial, com faixas espalhadas por todo o país nos órgãos e prédios públicos, com os dizeres “*Reposição emergencial para todos e todas: 19,99% já!*” **Por que 19,99%? [Confira aqui](#) o cálculo do Fonasefe.** ;
 - 9h – Concentração no Espaço do Servidor, em Brasília/DF;
 - 15h – Coletiva de imprensa em formato híbrido (presencial/online) no Auditório do SINDSEP/DF e pelo Zoom.
- **7 a 11 de fevereiro** – Rodada de plenárias estaduais e atividades virtuais
- **14 a 25 de fevereiro** – JORNADA DE LUTA em ESTADO DE GREVE;
- **9 de março, quarta-feira** – **INDICATIVO DE DEFLAGRAÇÃO DE GREVE GERAL UNIFICADA DOS(AS) SERVIDORES(AS) PÚBLICOS(AS)**

Vamos juntos construir a Greve Geral unificada!

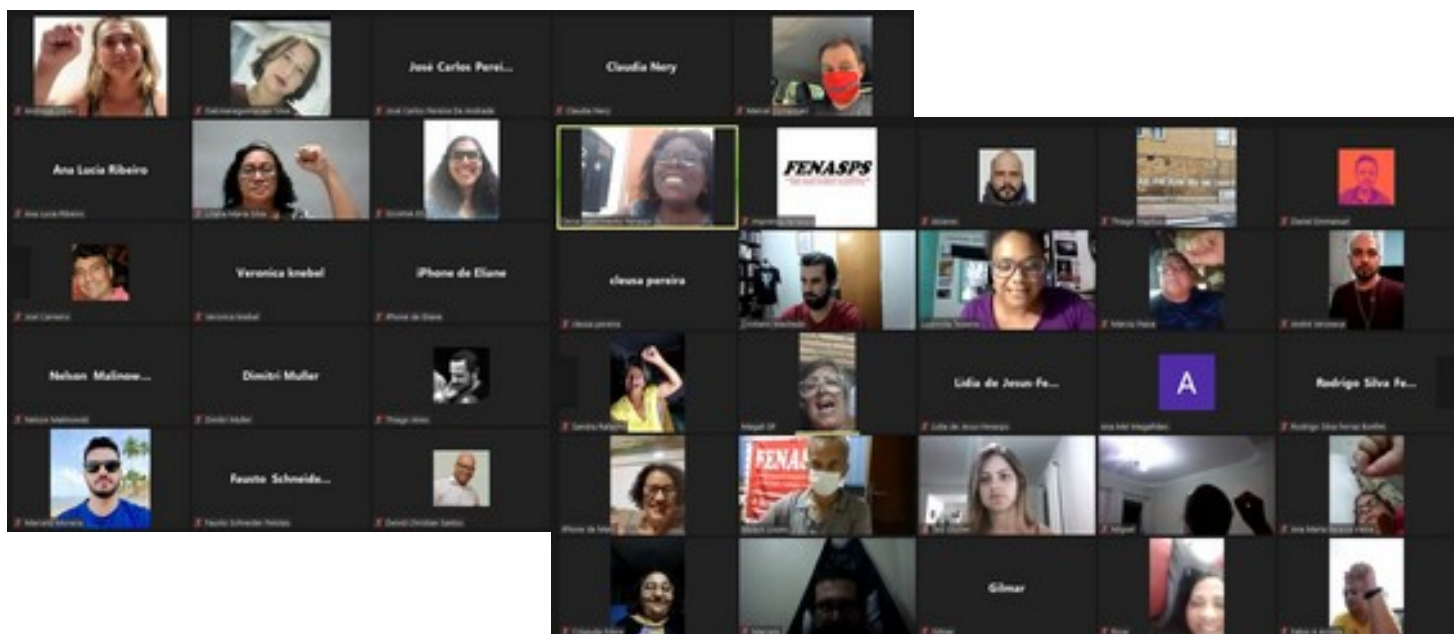
• PAUTAS PRINCIPAIS DO SEGURO E SEGURIDADE SOCIAL:

1. Reposição salarial imediata de 19,99%;
2. Discussão da data-base para os servidores;
3. Reajuste dos auxílios: alimentação, saúde e transporte;
4. Concessão de insalubridade para todos(as) servidores(as) em trabalho presencial;
5. Melhores condições de trabalho para os servidores e servidoras em trabalho presencial e teletrabalho (jornada de trabalho de 30 horas, redução de metas; medidas sanitárias; melhoria dos equipamentos e estrutura nas agências e custeio da estrutura para o teletrabalho);
6. Instalação imediata do Comitê Gestor da Carreira;
7. Concurso Público;

8. Não alteração da estrutura do INSS, conforme apresentada em reunião dos gestores, com retirada de cargos técnicos fundamentais no âmbito das GEX, a exemplo do Serviço Social e Reabilitação Profissional;
9. Não ao veto do orçamento de R\$ 988 milhões do INSS;
10. Fim do assédio moral e a criação de política efetiva de saúde do servidor e da servidora.
11. Que se elabore uma proposta a ser discutida com todo movimento sindical, centrais sindicais e com os candidatos à presidência do campo da esquerda, para garantir o resgate da Seguridade Social, em defesa da Previdência e do Sistema Único de Saúde (Carta de Princípios ou Exigências);
12. Unidade dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade;
13. Cooperação na área de nutrição entre produtores do campo e consumidores dos centros urbanos, através de feiras orgânicas nos sindicatos e associações de bairros;
14. Debater sobre Ecosol (**Economia Solidária**) para construir alternativa ao sistema capitalista falido e opressor;
15. Indicar o próximo dia 9 de março para deflagração da GREVE GERAL dos Servidores Públicos Federais (SPFs).
16. Garantir reposição salarial com base da folga orçamentária de R\$ 34 bilhões, usados para emendas parlamentares, e R\$ 236 bilhões, destinados a pagamento dos juros da Dívida Pública, segundo dados da **Auditoria Cidadã da Dívida**.
17. Realizar ações conjuntas com o calendário do FONASEFE;
18. Realizar Plenária da Fenasps em 5 de março/22 para avaliar a mobilização para a Greve Geral do dia 9 de março.

- **Propostas dos encontros setoriais aprovadas na Plenária:**

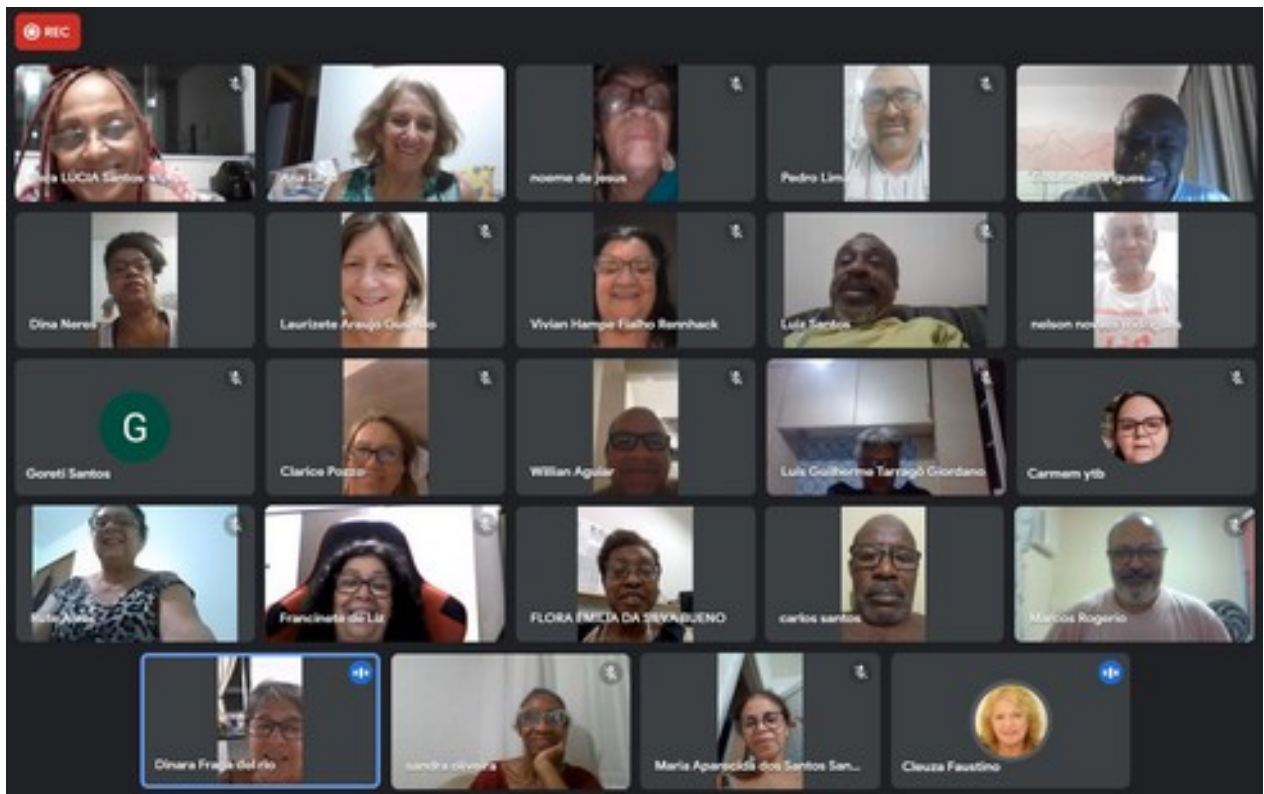
1. Seguro Social (INSS)



1. Construção da greve dos servidores do INSS, em conjunto com as demais categorias do funcionalismo, tendo como eixo principal reajuste salarial em conjunto com melhorias nas condições de trabalho;
 - a) Pauta e comando de mobilização unificados;
 - b) Aprofundar discussões sobre eleições gerais com a base;
 - c) Material dialogando (Carta Aberta à População) com pessoal presencial, teletrabalho, híbrido, linha de frente, aposentados, etc;
2. Tarefas:
 - a) Realizar reuniões locais;
 - b) Paralisação e atividades nos locais de trabalho;
 - c) Os servidores e servidoras que estão nos programas de gestão não puxando, não executando tarefas e participando das atividades de mobilização;
 - d) Que a população tenha acesso às agências do INSS e ao atendimento presencial com as medidas sanitárias de segurança, sem colocar em risco a vida dos(as) servidores(as) e da população.
 - e) Organizar caravanas a Brasília para as atividades em conjunto com os federais;
 - f) Protocolo de entrega das funções; Entrega coletiva de funções, demonstrando o descontentamento da categoria e solicitando abertura imediata de negociação, abrindo formulário e divulgando-o nacionalmente
 - g) Protocolo de desligamento do BMOB;
 - h) Protocolo de saída dos programas de gestão;
 - i) Levantamento dos servidores do teletrabalho e envio de e-mails chamando-os para a mobilização;
 - j) Que os sindicatos intensifiquem a divulgação da pesquisa de saúde do servidor e da servidora do INSS ([saiba mais aqui](#)) para subsidiar e demonstrar as precárias condições de trabalho e o assédio moral institucionalizado no Instituto;
 - k) Cobrar do INSS o impacto do fim do REAT na saúde dos servidores e se os índices fazem jus, ou não, ao fim do turno estendido.
 - l) Levar a Campanha Re-Humaniza INSS para diversos locais;
 - m) Caravana a Brasília, pressionando a gestão do INSS e o governo;
 - n) Trazer mais colegas para as reuniões e Plenária Nacional da FenaspS;
 - o) Elaborar calendário da Campanha Re-Humaniza INSS.
 - p) Fim da majoração para os programas de gestão.
 - q) 30 horas para o atendimento;
 - r) Renovação do parque tecnológico do INSS;
 - s) Banco de pontuação (principalmente do último decênio);
 - t) GT da pontuação célere e implantação da pontuação desde que discutidas, acompanhadas e aprovadas pela categoria;
 - u) Auxílio internet para quem está no teletrabalho, nos mesmos moldes de outros órgãos.
3. **APAGÃO INSS:** que no dia 2 de fevereiro de 2022, dia da reunião com o Ministro do Trabalho e Previdência, ocorra o apagão geral dos servidores e servidoras do INSS:
 - a) Quem for do Presencial **NÃO COMPARECER**;
 - b) Quem for do Remoto **NÃO CONCLUIR OU PUXAR TAREFAS**.

- c) Que a FENASPS e os sindicatos vinculados façam a divulgação e o chamado para a mobilização;
 - d) Que a FENASPS officie o INSS e que os sindicatos officiem as SRs solicitando inclusão de código de greve.
4. Fortalecer o SUS, que está mais que provado que fez a diferença durante a pandemia, e que os trabalhadores da Saúde tenham melhores condições de trabalho;
5. Solicitações imediatas sobre a pandemia de Covid-19:
 - a) Que o INSS cumpra o protocolo sanitário fornecendo máscaras N95 para todos os trabalhadores do INSS, incluindo terceirizados e estagiários;
 - b) Que o INSS efetue testagem rotineira em todos os trabalhadores do INSS, incluindo terceirizados e estagiários;
 - c) Insalubridade para os trabalhadores nas Agências;
 - d) Que a Fenasps encampe a luta para que sejam seguidos os protocolos sanitários e, em caso de Covid-19, a Agência seja fechada.
6. Requerer ao INSS reversão imediata dos descontos realizados entre Setembro e Dezembro de 2021 em razão da não adesão aos pactos/jornada de 8 horas, uma vez que o informado pela Presidência do INSS foi que a cobrança efetiva só se daria a partir de 1º de janeiro de 2022;
7. Defesa da socialização das informações para o Serviço Social;
8. Contra o Teleatendimento de Avaliação Social, Perícia Médica e Avaliação Sócio-Ocupacional e Análise de Compatibilidade de Trabalho;
9. Contra a terceirização dos serviços prestados pelos técnicos e analistas do Seguro Social;
10. Realizar atividades no dia 24 de janeiro de 2022, Dia Nacional de Luta dos Aposentados, com registros e manifestações onde for possível em razão da nova onda da pandemia;
11. Orientar a participação da categoria na Plenária Nacional Unificada dos(as) Servidores(as) Públicos(as) no dia 27 de janeiro/22, com início às 15h, de forma on-line;
12. Usar as redes sociais para ampliar divulgação da Coletiva de Imprensa no próximo dia 28 de janeiro, para divulgação do Calendário de Luta e a Campanha Salarial dos SPFs.
13. A FENASPS precisa redirecionar a comunicação com os servidores por meio das redes sociais, é urgente e necessário um investimento em Marketing Digital. Os servidores só vão entender que estamos em um "outro momento" quando seus problemas cotidianos começarem a ser expostos, comentados e discutidos nas redes sociais. Priorizar textos mais objetivos, interessantes e curtos;
14. Revogação imediata das Portarias 1345 e 1347 no âmbito do INSS;

2. Seguridade Social (CPST)



2.1 Propostas Gerais:

1. Criar uma comissão formada pela direção da FENASPS e servidores do Ministério da Saúde para compor uma "força-tarefa" para ir a Brasília conversar com parlamentares, gestores do Ministério da Saúde (MS) sobre a situação das Unidades do MS;
2. Instalar um Comando Nacional de Mobilização para organizar e unificar as lutas e a construção da Greve Geral em preparação;
3. Criar urgente um comitê, primeiro virtual, e depois presencial, que deverá:
 - a) Elaborar dossiê de denúncia à imprensa, MPF e Congresso Nacional das condições de trabalho e segurança dos servidores do Ministério da Saúde durante a pandemia, indo esse comitê in loco ao RJ e demais estados;
 - b) Elaborar pauta de reivindicação enxuta que contemple insalubridade em grau máximo e reajuste emergencial e reajuste dos benefícios como vale-alimentação, vale-transporte, auxílio-creche e Saúde (com aumento da per capita patronal pelo governo);
 - c) Solicitar audiência pública no Congresso Nacional para expor essas situações.
4. GEAP/Plano de saúde para todos os servidores dentro da realidade salarial atual dos servidores. Necessário um estudo sobre Planos de saúde que favoreçam aos servidores. Exigir do governo o pagamento de um per capita patronal isonômico com outros poderes e as empresas estatais;

5. Em relação à centralização das aposentadorias pelo fone 1358 e e-mail (cabrpps@inss.gov.br), deve-se:
 - a) Encaminhar as denúncias à assessoria jurídica da Fenasps para que estude a viabilidade de ingressar ação de denúncia de danos aos servidores;
 - b) Encaminhar denúncia ao MPF e à comissão de Seguridade Social e do idoso do Congresso Nacional.
6. Por melhores condições de trabalho, e renovação do mobiliário e computadores;
7. Solução imediata para as unidades em condições precárias, inclusive as superintendências;
8. Reabertura de hospitais de campanhas para atendimento da Covid-19 e gripe Influenza H3N2;
9. Contratação emergencial e concurso público;
10. Acompanhamento médico e psicológico aos servidores contaminados e com sequelas. Que os casos sejam denunciados e encaminhados à federação;
11. As entidades e os sindicatos estaduais devem denunciar (registrar na delegacia) as chefias, diretores, quando não respeitarem os protocolos da Covid, com base no art. 132 do Código Penal (citação: "colocar a saúde de outrem em risco") além de outras legislações. É crime mesmo. O que ocorreu nesta unidade de Santos deve servir de exemplo contra esses bolsominions! O servidor veio da Espanha, sem quarentena, e contagiou os demais e o chefe que permitiu a permanência do negacionista na repartição;
12. Desinfecção e limpeza das unidades, respeitando todos os protocolos sanitários em todos os órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, e realização de testes periódicos;
13. Garantia da prova de vida aos aposentados com dificuldades de acesso às plataformas;
14. Fim das jornadas exaustivas;
15. Verificar a possibilidade de texto de Carta Aberta nacional a ser reproduzida nos Estados;
16. Testagem em massa para trabalhadores da Saúde, Trabalho, Previdência, Anvisa e para a população;
17. Instalação de torres de álcool em gel e fornecimento de máscaras em todas as unidades de trabalho da Saúde, Trabalho, Previdência e Anvisa. Fornecimento de mais insumos em geral;
18. Que a Fenasps encaminhe ofício ao Ministério da Saúde para que o mesmo faça gestão junto ao INSS para agilizar a emissão da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) para que os servidores possam dar entrada nas suas aposentadorias sem prejuízo de redução nos cálculos;
19. Incorporar a pauta de aposentados para que não seja mais exigida a prova de vida, utilizando mecanismos de cartórios e digitais de contas bancárias;
20. Plano de Lutas em defesa da reposição de todas as perdas salariais da categoria, estatização da Saúde sob controle dos trabalhadores;
21. Greve Geral unindo os servidores das três esferas do Estado para colocar uma pá de cal na PEC 32 e defender todas as reivindicações da categoria;
22. Criação de fóruns estaduais, onde não houver, para unificação da luta dos trabalhadores da saúde e envolver a população na defesa do SUS;

23. Plano de carreira para todos os servidores da carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST);
24. Que a Fenasps reafirme em Plenária Nacional que o Sindsprev/RJ é o verdadeiro sindicato e legítimo representante da categoria da Seguridade Social, Trabalho e Saúde no estado do Rio de Janeiro;
25. Que a FENASPS incorpore no seu Plano de Lutas, de forma definitiva e permanente, a luta pela reconquista da Seguridade Social, tal como foi planejada com muita luta dos trabalhadores desde a criação do SINPAS, e após a CF de 1988;
26. Que neste Plano de Lutas se priorize a luta pelo resgate do Ministério da Saúde, fortalecendo-o com recursos públicos oriundos da arrecadação de tributos (recorde em 2021), com destinação de, no mínimo, 10% do PIB;
27. Fim da terceirização e realização de concurso público urgente para a Saúde, o INSS, o Trabalho e a ANVISA, com remuneração igualitária e reajuste salarial para ativos e aposentados;
28. Construir uma JORNADA DE LUTA, em ESTADO DE GREVE, no período de 14 a 25 de fevereiro de 2022 em todo Brasil com atos centralizados em Brasília, exigindo que sejamos recebidos pelo governo e que nossas
29. Garantia da vacina para todos e todas!

2.2 Propostas do Ministério do Trabalho e Previdência:

1. Fazer um levantamento dos servidores que estão no presencial e quantos estão sendo contaminados por falta de condições propícias de trabalho;
2. Que o Governo efetive, de forma voluntária e optativa, o retorno ao Ministério de origem;
3. Os servidores aposentados estão esquecidos. Devemos criar um documento para denunciar a falta de amparo aos servidores no novo sistema informatizado (GOV.BR) que foi atualizado e dificultou muito para os servidores. O RH foi desmembrado para o Ministério da Economia e ficou totalmente online. A prova de vida antes era feita diretamente pelo banco, e agora temos que fazer nos dois locais, dificultando para muitos;
4. Servidores do Trabalho voltaram para o presencial e estão adoecendo. Orientar para que os sindicatos estaduais solicitem de suas assessorias jurídicas uma exigência a respeito do retorno destes servidores para o Tele Trabalho até que a pandemia seja realmente reduzida ou sanada;
5. Melhores Condições de Trabalho, inclusive materiais de Informática e mobiliário;
 - a) Rever o contrato com a assistência de TI (reforçar o relatório elaborado pelos servidores);
 - b) Computadores velhos; não conseguimos atualizar os programas;
 - c) Mobiliário sem condições de uso.
6. Requerer ao Ministério do Trabalho e Previdência para que seja corrigida a ausência do cargo de Agentes de Higiene e Segurança do Trabalho (AHST) – atividades auxiliares da inspeção do trabalho – de quaisquer propostas de mudanças tanto no Art. 630 da CLT, como quase ocorreu com a Medida Provisória 905/19 (revogada) por ocasião da substituição da antiga nomenclatura Agentes de

Inspeção do Trabalho (AIT), quanto de alterações do RIT, visto que não existe apenas o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho no atual Regulamento RIT (conforme inciso III, do art. 2º, do Decreto nº 4.552/2002). Portanto, os AHST são igualmente membros do atual Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFIT).

7. Requerer a exclusão do cargo de agente de higiene e segurança do trabalho (AHST), da relação de cargos extintos no Decreto nº 9.262, de 9 de janeiro de 2018 (alínea b). Redação: "Cargos vagos e que vierem a vagar cujo requisito de escolaridade exigido para ingresso é de nível intermediário: DENOMINAÇÃO DO GRUPO: CARREIRA DA PREV. DA SAÚDE E DO TRABALHO; CÓDIGO DO CARGO: 422212; DENOMINAÇÃO DO CARGO: AGENTE DE HIGIENE E SEG". Existe um relatório das entidades que consta em reunião do Ministério do Planejamento, à época, que poderiam ser solicitadas exclusões de cargos do Decreto.

2.3 Propostas da Anvisa:

1. Reforçar Moção de Apoio ao trabalho e aos seus trabalhadores que vem sendo constantemente ameaçados e correndo risco de vida;
2. Reiterar ofício enviado pela FENASPS em 2021 solicitando uma audiência presencial com o Diretor-Presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, com todos os cuidados sanitários que o momento exige, a fim de dar ciência quanto à situação real dos trabalhadores e todas as dificuldades da área de PAF nos estados;
3. Marcar reunião com o Sinagências para esclarecimentos sobre Carreira de Estado somente para o quadro novo;
4. Total incorporação da Anvisa à pauta dos trabalhadores da Saúde e do Fonasefe. Greve Geral Já.

• Moção aprovada:

Apoio aos militantes condenados na Argentina por se mobilizarem contra uma reforma reacionária da Previdência

Numa segunda-feira, 8 de novembro de 2021, uma decisão do juiz Ariel Ríos condenou os camaradas César Arakaki e Daniel Ruiz (membros do Partido Obrero e do PSTU, respectivamente) a três anos e quatro meses de prisão efetiva, e três anos de prisão efetiva, em cada caso, no âmbito da causa que lhes foi aberta pela participação na massiva manifestação de 18 de dezembro de 2017, em frente ao Congresso Nacional, contra a reforma previdenciária que foi aprovada naquele dia na Câmara dos Deputados. Manifestação fortemente reprimida com dezenas de feridos graves (olhos perdidos, etc.) e detidos.

A medida em questão, promovida pelo governo de Mauricio Macri (PRO-Cambiamos), e aprovada com o apoio de parlamentares do Partido Justicialista, modificou o cálculo dos salários em detrimento dos aposentados. Foi parte de uma bateria de medidas contra a classe trabalhadora, que incluiu também uma reforma trabalhista para

flexibilizar ainda mais as condições de trabalho, e que finalmente teve que ser arquivada, justamente por conta daquela gigantesca mobilização de dezembro que reuniu centenas de milhares de pessoas.

Para desviar a atenção do estelionato realizado no dia 18 de dezembro, uma feroz campanha de demonização foi montada na mídia, identificando alguns dos companheiros que haviam participado da manifestação com imagens e vídeos que os mostravam resistindo à repressão policial. Dias depois, começaram as prisões e perseguições judiciais.

A decisão judicial é um claro ataque de todo o regime ao direito de manifestação e tem como objetivo punir todos os que lutam. Isso ficou claro por um [tweet de Patricia Bullrich](#), ex-ministra da Segurança na época e atual chefe do PRO, partido de Macri, que disse: "*Espero que esta condenação seja exemplar. Manifestações sem razão apenas estagnam o país...*".

O juiz seguiu exatamente todo o roteiro da promotoria, que os acusou de suposta "intimidação pública", "ataque contra autoridade" e "lesões por agressão". A crueldade judicial é tão clara que a condenação ocorreu apesar do fato de que a denúncia do policial Brian Escobar, ferido durante a repressão aos manifestantes, abandonou o julgamento porque a defesa de Arakaki e Ruiz conseguiu verificar que seus ferimentos não haviam sido causado pelos companheiros.

Essa vergonhosa decisão será objeto de recurso e vamos redobrar a campanha nacional e internacional pela absolvição. Solicitamos a assinatura desta declaração e o envio de petições às embaixadas.

Neste sentido, a Plenária dos Servidores e das Servidoras Federais convocada pela FENASPS no dia 29 de janeiro de 2022 aprova a Moção:

Pela absolvição de César Arakaki e Daniel Ruiz!

Pela liberdade e desprocessamento de prisioneiros por lutarem!

Pelo direito de manifestação!

Brasília, 29 de janeiro de 2022

Secretaria de Organização da FENASPS